



Abordagem da Informação Intercultural no Contexto Diplomático: Considerações Sobre as Políticas da Água¹

Felipe VLAXIO²

Kátia Viana CAVALCANTE³

Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM

RESUMO

O diálogo entre nações é um assunto de caminhos bifurcados, e o tratamento da informação diplomática parte do mesmo pressuposto. Nesse sentido, a cooperação internacional entre políticas públicas se torna complexa e essencial. O objetivo está em compreender o manuseio da informação no contexto diplomático e suas influências na comunicação intercultural, delimitando o universo da pesquisa às políticas da água. Para tanto, foram consideradas bibliografias que não apenas discorrem sobre tais temas, mas que também tratam dos fóruns internacionais de cúpulas entre países que discutem a temática. Os resultados dizem respeito a uma interdisciplinaridade entre Informação, Diplomacia e Política. Espera-se, desta feita, contribuir para a visão acadêmica no que tange à priorização da referida pauta nas agendas governamentais e científicas.

PALAVRAS-CHAVE: informação; diplomacia; políticas; água.

INTRODUÇÃO

Um dos pontos mais importantes para o compartilhamento de informações internacionais é a autonomia dos pensamentos das nações (SOMAVÍA *et al*, 1980). Isso significa dizer que as mudanças conceituais no quesito de política, economia, cultura, comunicação de massa *et cetera* devem ser uma compilação das ideias e práticas de cada jurisdição, a fim de se fazer um panorama exploratório das ações que devem ser mantidas ou modificadas para o bem maior das populações.

Sendo academicamente relevante, o estudo das informações interculturais, bem como o manuseio e a propagação destas, é pertinente para a área das ciências de informação e comunicação – uma vez que une, simultaneamente, os processos sociais e a abordagem dos dispositivos comunicacionais. Verifica-se atualmente um déficit de acervo no que diz respeito a trabalhos científicos que explanem as ações interculturais e diplomáticas, ou que se incomodem sequer com a acessibilidade à sua busca.

¹ Trabalho apresentado no IJ 07 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte realizado de 28 a 30 de maio de 2015.

² Estudante de Graduação 5º. semestre do Curso de Biblioteconomia da UFAM, email: felipevlaxio@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Biblioteconomia da UFAM, email: kcavalcante@ufam.edu.br



Em vista disso, o presente trabalho diz respeito a um projeto de iniciação científica desenvolvido na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), pelo Programa de Apoio à Iniciação Científica do Amazonas (PAIC), e fomentado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). A linha de pesquisa prioriza considerações norteadoras no que concerne aos eixos supracitados, a fim de traçar um panorama geral dos temas, utilizando métodos crítico-dialéticos como *modus operandi* no tocante à análise dos procedimentos referentes às relações multilaterais e diplomáticas que discorrem sobre a temática água.

Não obstante, a relevância desse objeto de estudo em particular remete às decisões tomadas no passado, que podem ser analisadas nos dias de hoje com mais propriedade de ciência e aplicabilidade. O que se sabe, por exemplo, sobre os tratados de águas internacionais? E o que eles realmente implicam à sociedade, em se tratando das divisões das fontes de água doce?

Na iminência de um futuro quadro de escassez argumentado por Ribeiro (2008), as discussões sobre recursos ambientais e sua geopolítica tendem a evitar possíveis guerras pela água. A distribuição natural dos bens hídricos do planeta não mais será respeitada, ocasionando nas disputas interculturais pela posse e licença comercial dos mesmos. Apesar dessa situação, existe a vaga crença de que as autoridades internacionais não medem esforços para a solução desse problema. Entretanto, deve-se saber até onde essa é uma realidade comprovada.

ASPECTOS DA INFORMAÇÃO INTERNACIONAL

A informação é desses assuntos que podem facilmente ser conceituados, mas cuja complexidade não comporta terminações definitivas, nem cabe em uma compreensão única. Estende-se na interdisciplinaridade, e, portanto, atua nos diversos campos do conhecimento científico. É matéria-prima das esferas organizacionais, e opera especialmente no âmbito das ciências sociais aplicadas.

Nesse sentido, a informação internacional – que possui caráter igualmente mutável – é apenas um termo adicional para caracterizar a informação intercultural. De todo modo, ambos os conceitos recaem sobre as dimensões do conhecimento que ultrapassa as barreiras dos países, tornando-se ferramenta de globalização e homogeneização de culturas. Portanto, a troca de informação – seja por qualquer meio,



para qualquer fim, e sob qualquer perspectiva – adjetiva-se na comunicação multilateral entre as nações.

Quanto mais se desenvolvem as tecnologias da informação e as mídias, mais a comunicação transformará o mundo numa esfera minúscula onde a informação perderá suas categorizações de lugar – considerando seu poder de alcance regional e globalizado. Ela passará a ser um produto absoluto (independente de local), uma moeda de troca válida em qualquer parte do mundo.

Gómez (2002) alega que as informações culturais são uma indústria, cujas vinculações políticas lembram um modelo contemporâneo de soberania. Nesse caso, os Estados possuem forte influência sobre a circulação informacional, pois, de fato, manuseiam dados de acordo com seus interesses mais urgentes, a fim de alcançar metas previamente estudadas e que dizem respeito principalmente à autonomia de seu poder.

Esses cenários políticos para a informação usufruem de um teor massivamente econômico, e é por isso que a mundialização informativa tem seus moldes representados por interesses estatais. Ou seja, são os Estados que classificam a informação – levando em conta suas intenções políticas – e, dependendo da situação, decidem por reter os dados ou disseminá-los. A informação globalizada, portanto, passa a se manifestar com mais-valia nas redes mercadológicas da produção de bens e serviços do conhecimento.

A informação, por si só, pode tomar o corpo de um recurso norteador, se usada de forma adequada, para as áreas sociais, econômicas, ambientais, etc. Seguindo essa linha de raciocínio – se expandida a níveis interculturais –, a informação terá uma soberania global de acordo com aquilo que desejam seus agentes. Acrescente-se esse fato à rapidez e à facilidade de sua propagação, e ter-se-á um processo de transmissão ainda mais evidente.

A facilidade de propagação da informação internacional tem, obviamente, suas particularidades negativas. Como, por exemplo, o fato de que qualquer indivíduo, munido das ferramentas corretas, pode, do conforto de sua casa, ser um promotor de informação, que, por sua vez, é recebida por um segundo indivíduo – também munido das ferramentas corretas – em qualquer parte do mundo.

Nesse caso, a credibilidade do conhecimento gerado estará sempre em avaliação, pois sua veracidade passará a depender de um conjunto de fatores que está ao alcance de quase todas as pessoas na Era da Informação. É por esse motivo, inclusive, que agências de notícias internacionais sérias possuem tanta concorrência. Uma simples *selfie*, sem a devida explicação de um correspondente oficial, pode ser enviada de um lado a outro do



mundo, e, dependendo de sua dimensão, é capaz de criar uma “infolusão” (contração das palavras “informação” + “ilusão”).

Esse ruído na comunicação pode acabar se tornando perigoso, por ser capaz de gerar situações confusas em sua interpretação. Especialmente no âmbito das relações diplomáticas, em que desconfortos políticos e desentendimentos são elevados a níveis globais. Assim sendo, cabe ao receptor da informação fazer uma filtragem do conteúdo que consome, e atestar o nível de confiabilidade daquilo que lhe é informado.

É importante entender que os aspectos interculturais da informação na atualidade são diferentes do modo como ela era tratada no passado. Essa premissa concebe a ideia de que os recursos tecnológicos (mais sentidos no século corrente) possibilitam o consumo da informação global, mas ainda não a caracterizam, em automático, como um resultado de produção internacional.

Longe de ser uma dimensão apenas social, a *raison d'être* da informação internacional jaz no fluxo livre de sua circulação. Essa tendência equilibra as preocupações mundiais, e diminui o número de ameaças e os riscos de conflitos bélicos incentivados por uma poderosa minoria que vai contra os paradigmas conceituais de informação internacional e comunicação.

O compartilhamento de informação entre nações pode até não ser vantajoso do ponto de vista político e econômico, mas deve ser incentivado, com tenacidade, a acontecer de maneira natural no campo da comunicação internacional. Isso porque, segundo Sousa (2003, p. 20), o “Relatório Mundial sobre a Comunicação que a UNESCO publicou em 1998 [...] revela uma dependência crescente dos pequenos países em relação aos grandes fornecedores internacionais da informação”. Isto é, nações menores, com pouca ou nenhuma autonomia – e até mesmo em regimes de ditadura da informação –, ficam à mercê de Estados maiores para que sejam inseridas nos contextos informacionais do mundo.

Nesse sentido, é necessário que os países debatam sobre informações internacionais com maior frequência, munidos da disposição que evite animosidades entre eles. Essa “inter-comunicação” só tende a trazer benefícios, especialmente para a política de boa vizinhança. Além do mais, os agentes que lidam com a informação devem estar cientes de que possuem, em suas mãos, chaves conciliadoras que servem, se não para a solução definitiva de problemas internacionais recorrentes, pelo menos para a construção de perspectivas claras sobre como se deve proceder.



Por tudo isso, verifica-se a importância do compartilhamento de informação entre nações, não apenas no sentido politicamente obrigatório, mas principalmente no tocante à promoção de um bem-estar global duradouro e permanente. Entende-se esse intercâmbio pluricultural de dados como uma necessidade antiga de construir uma linguagem civilizada entre os Estados, quanto aos temas de grande relevância para a sociedade contemporânea. Dessa forma, a comunicação internacional se caracterizará pela uniformidade de suas ações em detrimento da convivência dialógica entre os países do mundo.

A CONTEXTUALIZAÇÃO DA DIPLOMACIA

De acordo com Fulton (1998 apud MENDONÇA, 2009), o conceito de diplomacia reside no ato de defender interesses nacionais por intermédio do intercâmbio de informação entre as partes envolvidas. Isso significa dizer que a diplomacia trata-se de um conceito-ação que se caracteriza pela atenção dispensada ao objetivo de cuidar dos interesses de um país no seu relacionamento com outras nações. É o trato da dualidade dialógica, da interação voluntária e da predileção pelo aprimoramento das convenções sociais.

O atual conceito de diplomacia, como arte e método das relações internacionais, contém, na sua raiz etimológica, elementos da definição de acordo internacional. De fato, como observa a doutrina, ele conjuga, em uma única palavra, a ideia de documento solene (*o diploma*) e de bilateralidade (*diplo*). (SICARI, 2007, p. 1-2).

O pensamento de diplomacia, portanto, agrega a ideia de comunidade, em se tratando das relações externas de dois ou mais Estados. Tais relações trabalham exatamente para a união de interesses internacionais, tornando comum aos diferentes agentes seus objetivos políticos e paradigmas sociais. Nesse sentido, a diplomacia toma a forma “comunitária” de união.

As relações internacionais, por outro lado, dizem respeito ao exercício dialógico entre dois ou mais Estados. Não apenas o artifício diplomático mais característico, as relações internacionais também se portam como estratégias nacionais para lidar com assuntos exteriores, em detrimento dos fatores de interesse que precisam ser discutidos entre representações globais.



O mundo vem experimentando nas últimas décadas tragédias climáticas que, antigamente, eram conhecidas apenas se consultadas em livros científicos. A ocorrência mais frequente das mudanças no clima, por sua vez, tem aberto os olhos das autoridades internacionais para a urgência da tomada de decisões quanto às ações a serem executadas para desacelerar as nocivas intempéries do meio ambiente.

Em virtude dessa constatação, foram criados fóruns mundiais e comissões avaliadoras que possuem o trabalho de discutir – com base em relatórios científicos sobre o comportamento volátil da natureza – metas e soluções para a diminuição da taxa de catástrofes naturais. Estando cientes da influência humana sobre os impactos ambientais, os governos internacionais estudam meios de moldar uma nova consciência civil para reverter o choque desses impactos.

A questão ambiental passou à condição de objeto da política internacional no século XIX. À medida que a expansão do capitalismo determinou a intensificação dos contatos entre os povos e que o avanço da tecnologia aumentou o grau de intervenção do homem na natureza, a regulação, a preservação e o controle dos recursos naturais começaram a se impor como necessidade. A formação de comissões para o uso dos rios Danúbio e Reno, na Europa, no início do século XIX, constitui perfeito exemplo dessa necessidade criada pela interdependência econômica. (GONÇALVES, 2008, p. 45-46).

O fato de as discussões ambientais crescerem exponencialmente nas últimas décadas comporta, *a priori*, as questões econômicas da autonomia ambiental. Isso quer dizer que, ao invés de prezarem o teor ambiental da natureza, as relações internacionais ainda tratam do assunto pelo ponto de vista majoritariamente financeiro, e isso, em uma visão mais simplista, acaba afetando a eficácia das soluções promulgadas nos debates.

Provas disso são as várias soluções apresentadas nos eventos internacionais para a apreciação das nações, que são categoricamente deixadas em escanteio pelos países que não querem – ou não estão preparados para isso – diminuir o crescimento de seu lucro financeiro. Isso porque, para acatar as medidas propostas nas cúpulas globais, muitas vezes é necessário dispendir grandes quantias de dinheiro. Alguns Estados, porém, preferem economizar nos custos, e acabam deixando as sanções referentes ao meio ambiente em segundo plano.

Um exemplo dessa procrastinação quanto às medidas preventivas é o colapso vivido atualmente pela seca do Sistema Cantareira e seu reservatório de água. Não é de hoje que os estudiosos da área vêm alertando para uma possível crise hídrica no abastecimento de São Paulo. Mesmo com a previsão adiantada do que poderia



acontecer, o colapso não pôde ser evitado por uma série de motivos, que envolvem desarranjos políticos e propensões climáticas, dentre outras coisas.

Apesar de ser uma lição nacional, a crise da água em São Paulo não é muito diferente dos colapsos que podem acontecer em outros sistemas aquíferos pelo mundo. O exemplo se aplica à grande parte dos recursos hídricos internacionais, e, portanto, deve ser de valia para a ciência de que medidas preventivas necessitam sair do papel, e precisam ser executadas antes da derradeira calamidade, e não depois.

Algo a se fazer, de imediato, é entender adequadamente as questões dos recursos naturais do planeta. A diplomacia, *ad hoc*, deve funcionar como defensora dos interesses ambientais – quando couber –, uma vez que sua agenda do meio ambiente caminha de mãos dadas com a economia. Isto é, não são os recursos financeiros que preservam os recursos naturais, é a preservação dos recursos naturais que diminui o gasto dispendioso de recursos financeiros.

Nesse sentido, o papel da diplomacia em eventos internacionais é gerar ações relevantes – e aplicáveis – aos temas discutidos nas mesas redondas. As questões ambientais são apenas uma das vertentes da pauta global de discussão entre as nações, que, hoje em dia, trabalham suas relações tendo experimentado na própria pele a gravidade dos impactos ambientais. Assim, elencar as considerações sobre as políticas da água – sendo ela um carro-chefe das discussões sobre a natureza – é parte essencial da compreensão intercultural do meio ambiente no contexto diplomático.

ÁGUA, RECURSOS HÍDRICOS E AFINS

Para além das concepções que temos da importância da água, é de bom tom considerar, prioritariamente, seus valores sociais, econômicos e, inclusive, estratégicos. Discorrer abertamente sobre tais percepções possui um caráter de urgência, que vem sendo pauta principal das agendas de vários eventos internacionais nas últimas décadas. Isso porque, em pouco tempo, a água será motivo de transgressões entre países:

[...] boa parte de nossas fronteiras possuem nos rios – no mais das vezes largamente navegáveis – sua expressão física. Assim, na bacia do Paraná até o Prata ou na bacia do Amazonas, com suas ramificações mais distintas (como no Madeira-Guarajá, no Negro/Onírico ou no Solimões), a única garantia de controle eficaz sobre a proliferação do crime transfronteiriço (como contrabando de bens materiais e imateriais, biopirataria e narcotráfico) está na



consolidação das redes de inteligência e vigilância desenvolvidas pela Marinha do Brasil. (VIDIGAL et al, 2006, p. 14-15).

Isso tudo sem mencionar ainda o crescimento desenfreado da poluição e da proliferação de doenças, que também são consequências verificadas em uma correnteza entre dois ou mais países. Isto é, de todos os pontos de vista, o teor transnacional da água não se resume a especificidades. Pelo contrário, abarca diversos problemas que envolvem os recursos hídricos.

Uma das propostas mais adequadas para se começar a tratar da questão da água, seriamente, é a construção, a médio e longo prazo, de uma mentalidade social que apele para a consciência de preservação dos recursos hídricos. A criação de um hábito que as pessoas adotem é, sem dúvida, o pontapé inicial para que as mudanças positivas possam começar a surtir efeito.

No interior da questão da água, existe a problemática da poluição dos recursos hídricos. Esta, por sua vez, quando tratada nas áreas de atuação internacionais, torna-se um impasse de resolução delicada. Ou seja, para que um país previna a poluição, ele deve criar políticas internas, com legislações que visem à preservação das extensões de água. Porém, quando a água tem seus limites nos quintais de mais de uma nação, surge um dilema diplomático que se estende pelas formas como cada Estado lida com o problema.

Para que os países consigam obter êxito no combate à poluição da água – que não respeita barreiras de delimitação geopolítica – e na preservação dos bens hídricos, é necessário que haja um diálogo entre as representações diplomáticas de todas as nações envolvidas. Se não acontecer assim, conflitos mais complexos podem surgir, tais como a culpabilidade daqueles que poluem mais, e, talvez, não se empenhem em promover arranjos econômicos para arcar com os prejuízos.

No Brasil, existe a Lei Nº. 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que, dentre outras coisas, trata do gerenciamento de recursos hídricos do país. Todavia, a extensão dos aspectos dessa lei comporta apenas o território nacional. O texto peca em abordar as situações de águas transfronteiriças, delimitando sua autonomia até as barreiras nacionais e nada mais para além delas.

Seria de se esperar que o texto da lei promulgasse, em suas reentrâncias, os conceitos multilaterais dos bens hídricos do país, em virtude do fato de que o Brasil compartilha imensas quantidades de água com países vizinhos. Em vista disso, é



necessário que a lei seja constantemente revista para adequar-se aos moldes atuais e, ao fazer isso, impulse a chamada “hidro-diplomacia” – termo que agrega a interação global para as políticas da água.

Em nível internacional, deve-se considerar o conjunto de agências legisladoras. “Juntos fazemos a água uma prioridade global”, declara o lema do Conselho Mundial da Água – WWC na sigla em inglês – em sua brochura de apresentação. É uma organização que visa dar ciência, oficializar compromissos políticos e puxar o gatilho de ações quanto aos problemas da água. Com esse objetivo, o conselho junta representações internacionais por intermédio de uma hidro-política ativa, que serve de link entre investidores, partes interessadas, e tomadores de decisão.

As atividades desenvolvidas pelo WWC ajudam a identificar e entender os futuros desafios da água, fortalecendo governanças e desenvolvendo paradigmas. Procura formas de pôr a temática água nas discussões da alta política internacional, dando senso aos governantes sobre o gerenciamento dos recursos hídricos do mundo.

Existem mais de 276 bacias hidrográficas transfronteiriças e centenas de aquíferos transfronteiriços compartilhados por mais de 3 bilhões de pessoas. O futuro desenvolvimento de muitos países depende do sucesso do gerenciamento e da alocação desses recursos. Embora muitos mecanismos legais e institucionais tenham sido desenvolvidos para melhorar a cooperação, bem poucos se provaram sustentáveis e replicáveis. A maior parte dos recursos hídricos mundiais compartilhados ainda fica de fora dos acordos transfronteiriços entre países ribeirinhos, e alguns sequer possuem acordos. (WORLD WATER COUNCIL, 2009, tradução nossa).

Com base nesses dados, é possível distinguir uma falha na gestão mundial de recursos hídricos. Soluções parciais para conflitos sobre água tendem a ser ineficazes, e, por isso, antes de qualquer coisa, propõe-se identificar os motivos pungentes que causam essas situações, tais como desacordos diplomáticos, interesses sociais divergentes, mudanças climáticas de acordo com a geografia de cada país, oferecimento de medidas sanitárias mínimas à população, etc.

Os problemas transfronteiriços vão muito além do simples ato de compartilhar água. A dimensão desses pontos negativos, portanto, não deveria ser deixada tão somente nas mãos dos diplomatas, que, apesar de deliberarem esforços para achar as melhores maneiras de lidar com a situação, não possuem o gabarito científico no qual as decisões sobre os recursos hídricos do mundo devem se respaldar.



Não obstante, a preocupação com a evidente mudança climática que cresce no globo terrestre vem se mostrando um desafio de gigantes para os políticos resolverem. Ideias “verdes”, que gerem a possibilidade de contornar situações de risco de desastres hidrológicos, devem ser tiradas do papel, descentralizando o poder e compartilhando-o com os vários atores disponíveis.

Batendo novamente na mesma tecla, a informação intercultural compartilhada entre nações é um carro-chefe para a solução de vários problemas relacionados à questão da água. Como segue:

Onde a água é às vezes usada como ferramenta e argumento para conflito, águas compartilhadas também podem desempenhar o papel de fonte de cooperação [...]. Tal cooperação frequentemente começa com a troca de informação entre os países [...]. A informação é necessária para desenvolver o entendimento de possíveis futuros, mas também é necessária para monitorar o progresso da política. Essa informação deveria ser coletada com base em um entendimento da necessidade de informação para fazer e avaliar a política. Os tomadores de decisão devem, portanto, estar intimamente envolvidos na especificação das necessidades da informação. (TIMMERMAN; BERNARDINI, 2009, tradução nossa).

Há, porém, um adendo a essa perspectiva. Por mais que a informação intercultural seja essencial, as preponderâncias da temática água adentram as políticas locais dos países. Isso significa dizer que existe a necessidade de, igualmente, inserir grupos comunitários nos canais de informação, para que a comunicação seja eficaz e não possua ruídos com potencial de prejudicar o progresso obtido no cenário internacional.

A má distribuição de água afeta a eficiência das medidas sanitárias, que, com suas particularidades, impactam diretamente na saúde dos seres humanos, dos animais criados por estes e na agricultura cultivada para seu consumo. A água, em vista disso, abarca várias áreas da vida das pessoas. E esse fato também deve ser levado em consideração nas cúpulas que tomam decisões sobre os bens hídricos do planeta.

Para dar exemplos de sucesso no gerenciamento de água transfronteiriça, um dos destaques apresentados no Conselho da Europa foi o projeto da represa de Itaipu, no Rio Paraná (WORLD WATER COUNCIL, 2013). Antigamente, havia um conflito de fronteira entre Brasil e Paraguai, que se tornou uma fonte de riqueza por intermédio da integração de energia com a construção da represa de Itaipu. O acordo transfronteiriço oficializado entre ambos os países obteve sucesso exatamente pelo fato de que todas as especificidades de cada país foram atendidas. Isso possibilitou a construção de uma das maiores instalações de energia hidrelétrica no mundo.



O mesmo documento também enfatiza a importância do compartilhamento de informação, e a criação de práticas e legislações conjuntas, visando a um embasamento para a gestão. É como se os países devessem abrir precedentes de bons resultados, participar de mesas redondas, e promulgar – em grupo – leis e políticas que beneficiem todas as partes interessadas.

Nesse contexto, a informação científica é uma divisora de águas. Para que as decisões certas sejam tomadas, deve-se haver um consenso acadêmico-científico sobre as problemáticas a serem abordadas. Os políticos, sozinhos, não são capazes de extrair o conhecimento pertinente das informações que lhes são passadas. Para isso, propõe-se a participação de cientistas como agentes auxiliares nas tomadas de decisão.

Os aspectos-chave desses eventos internacionais para a cooperação além das fronteiras englobam características que devem ser priorizadas. É preciso identificar e reconhecer aquíferos em todos os continentes, tratando-os como fontes limitadas – embora, atualmente abundantes – de água doce. E o conhecimento científico deve, impreterivelmente, servir de enfoque para as decisões políticas dos fóruns.

Muitas vezes, quando os países compartilham informações em contextos diplomáticos, só o fazem por causa de uma obrigação, uma ordem a cumprir. Mas tais agentes devem entender a real aplicabilidade do compartilhamento de dados, para que a troca, em detrimento dos interesses das populações, torne-se cada vez mais natural e frequente.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, é indispensável que o cenário internacional passe a abordar as questões do compartilhamento de informação como uma das principais soluções para os dilemas dos recursos hídricos. O exercício do câmbio de informação intercultural – no latente às percepções dos impasses da água – será, em um futuro muito próximo, o fator-chave para o acúmulo de conhecimentos que possibilitem a prevenção de catástrofes naturais e a manutenção dos bens hídricos do planeta por um longo período de tempo.

O provimento e a disseminação de informações sobre tais aspectos são demasiado infrequentes. Para piorar a falha dos sistemas de informação das autoridades políticas, existe ainda o desinteresse civil pela busca desses dados. Essa bifurcação de constatações tergiversa para aumentar a disparidade de conhecimento, e precisa,



portanto, ser trabalhada no sentido de corrigi-la em ambas as partes, a do emissor e a do receptor.

A informação intercultural precisa ser tratada como agente ativo da linguagem social. Considerando que o tratamento dado aos conceitos de informação possuem características multiculturais, tal linguagem eleva-se ao patamar internacional, no sentido de que lida com representatividades simbólicas de nações do mundo. Nesse sentido, verifica-se a necessidade de trabalhar a informação intercultural como significado de ação comunicacional entre os agentes globais.

Entende-se que as embaixadas – no papel de representações diplomáticas – atuam de duas maneiras. A primeira delas é a atuação formal, pela qual são executadas as atividades oficiais, e que possui o objetivo irrefutável da manutenção das relações exteriores. A segunda, por conseguinte, é o modo de ação informal, no qual muitos dos diálogos são feitos. Esta última maneira engloba o verdadeiro exercício da diplomacia – puro e irrestrito –, no qual se sobressaem as intenções de maior urgência, a serem tratadas, mais comumente, longe do conhecimento do público, mas sempre defendendo seus interesses.

É certo afirmar que a informação pode ser encarada como um artifício bélico – o que acarretaria em uma possível guerra da informação. No entanto, coletar informações e compartilhá-las, em particular quando problemas interculturais estão envolvidos, exprime um claro comportamento de senso comum. Com a prática do compartilhamento, é possível implementar soluções específicas para casos determinados, e erradicar problemas antes mesmo de acontecerem. No que concerne à problemática dos recursos hídricos, portanto, esse pensamento se torna ainda mais necessário para o bem-estar das relações hidro-diplomáticas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº. 9.433, de 8 de janeiro de 1997. **Diário Oficial da União**, Ministério do Meio Ambiente, Brasília, DF, 9 jan. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9433.htm>. Acesso em: 21 ago. 2014.

GÓMEZ, Maria Nélide González. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, v. 31, n. 1, Rio de Janeiro, 2002. p. 27-40. Disponível em: <<http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/253/1/NELIDACI2002.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

GONÇALVES, Williams. **Relações internacionais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 68 p. (Coleção Passo-a-passo: ciências sociais, 11).



MENDONÇA, António Sérgio Correia. **Diplomacia na era da informação e gestão do conhecimento**. 91 f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Informação) – Escola de Engenharia, Universidade do Minho, Guimarães. 2009. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/10823/1/Diplomacia_SergioMendonca092009.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2014.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Geografia política da água**. São Paulo: Annablume, 2008. (Coleção Cidadania e Meio Ambiente). 162 p.

SICARI, Vincenzo Rocco. **O direito das relações diplomáticas**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007. 216 p. (Coleção Para Entender).

SOMAVÍA, Juan et al. **A informação na nova ordem internacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 291 p. (Coleção Educação e Comunicação; v. 3).

SOUSA, Helena. Informação internacional: esboçando linhas de fronteira. In: **CADERNOS do Noroeste**, Série História, n. 3, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2003. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/1593>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

TIMMERMAN, Jos G; BERNARDINI, Francesca. **Adapting to climate change in transboundary water management: perspectives on water and climate adaptation**. Istanbul: International Water Association, 2009. Disponível em: <http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/world_water_council/documents_old/Library/Publications_and_reports/Climate_Change/PersPap_06._Transboundary_Water_Management.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2014.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira et al. **Amazônia azul: o mar que nos pertence**. Rio de Janeiro: Record, 2006. 305 p.

WORLD WATER COUNCIL. **Cooperating beyond borders: successful examples of transboundary water management**. Council of Europe. Strasbourg, France, 11 dez. 2013. Disponível em: <http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/world_water_council/documents/publications/2014_02_25_Cooperating_beyond_borders_seminar_proceedings.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2014.

_____. **Transboundary futures**. Marseille, France, 14 out. 2009. Disponível em: <http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/world_water_council/documents_old/Library/TransboundaryFutures.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2014.